

# ANÁLISE WEBOMÉTRICA DAS MENÇÕES WEB ENTRE OS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS E O ARQUIVO NACIONAL BRASILEIRO<sup>1</sup>

**Raffaella Dayane Afonso**

Arquivista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: raffaella-lela@hotmail.com

**Márcio Matias**

Doutor em Engenharia de Produção. Docente no Programa de  
Pós-Graduação em Ciência da Informação e Curso de  
Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: matias97@gmail.com

**Resumo:** Apresenta fundamentação teórica sobre os indicadores webométricos e suas aplicações. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória em que são utilizados os comandos webométricos para coletar os dados entre os dias 13/01/2016 à 17/01/2016, referentes às menções web por intermédio do dispositivo de busca *Google*. O estudo tem por objetivo quantificar as menções web entre os Arquivos Públicos Estaduais e o Arquivo Nacional brasileiro por meio de indicadores webométricos. Calcula também os indicadores: tamanho do site, visibilidade, fator de impacto para menções web e luminosidade para estes Arquivos. O resultados são apresentados na tabela com os indicadores webométricos para os sites dos 17 arquivos analisados. O arquivo com o maior número de páginas é do estado de Minas Gerais, com a maior visibilidade e luminosidade é o Arquivo Nacional, e o arquivo de maior fator de impacto é o do estado do Pará. Conclui-se que os indicadores webométricos apontam fraco inter-relacionamento dos websites dos arquivos estaduais na web e também evidencia que há espaços para aumentar a conectividade e comunicação entre os arquivos estudados nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** Webometria. Indicadores Webométricos. Arquivos públicos.



---

<sup>1</sup> Banca de avaliação TCC: Adilson Luiz Pinto/PGCIN/UFSC;  
e-mail [adilson@cin.ufsc.br](mailto:adilson@cin.ufsc.br); Moises Lima Dutra/PGCIN/UFSC  
e-mail: [moises@cin.ufsc.br](mailto:moises@cin.ufsc.br). Orientador: Márcio Matias/PGCIN/UFSC  
e-mail: [matias97@gmail.com](mailto:matias97@gmail.com)

# 1 INTRODUÇÃO

A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação promove maior troca de informações entre as organizações em geral, principalmente por meio das ferramentas disponibilizadas pela web. Nessa perspectiva, compreendemos que a web proporciona maior rapidez no compartilhamento das informações científicas, comerciais, pessoais, educativas entre outras (CUNHA; THEISS; CARLI, 2013).

Os arquivos públicos estaduais também estão utilizando as tecnologias para disseminar informações sobre o acervo e os serviços oferecidos, tanto no meio físico como no virtual. Essas tecnologias permitem aos arquivos maior proximidade com os seus usuários. Assim sendo, os arquivos além de salvaguardarem a memória dos estados, podem desenvolver as suas funções no âmbito virtual, facilitando o acesso à sociedade.

O advento da Internet fez com que houvesse maior disseminação de informações e compartilhamento entre os usuários. Deste modo, surge também a demanda pela medição da informação entre os atores da rede. Para o atendimento de tal demanda, têm sido desenvolvidos estudos e métricas como a Webometria, Bibliometria, Cientometria e Informetria, que mensuram processos ligados à transferência de informação. Cada métrica é direcionada a um objetivo específico de estudo.

Vale salientar que os estudos métricos não servem exclusivamente, para mensuração em si; mas, também podem ser utilizados na tomada de decisões e na implementação de ações por gestores. A conexão dessas duas possibilidades garante benefícios aos arquivos. Dados métricos, quando aplicados à informação, contribuem para assinalar deficiências e, assim, indicar pontos que podem ser melhorados ou orientar ações para estimular mais interações entre os envolvidos.

A webometria possibilita que os recursos tecnológicos ao compartilhamento de informação sejam aplicados, oferecendo maior visibilidade às ações e aos serviços oferecidos pelos Arquivos Estaduais Brasileiros na web.

Por meio dos indicadores webométricos, os gestores dos arquivos podem utilizar seus resultados para auxiliar na tomada de decisão, para melhorar as informações disponíveis nos *sites*, alocando recursos ao aprimoramento dos serviços oferecidos online. Nesse contexto, Lang, Gouveia e Leta (2008, p. 138) mencionam que as tecnologias da informação contribuem a um modelo de comunicação mais complexo e que “não basta que as instituições estejam na Internet; deve-se refletir sobre como elas desejam ser percebidas e de que maneira estão se relacionando com seu público-alvo”.

Diante do exposto, discorre-se, aqui, sobre o tema - análise das relações entre os Arquivos Públicos Estaduais na rede -, por meio dos indicadores webométricos, contando com a seguinte questão de pesquisa: **Quantas menções web há entre os arquivos estaduais brasileiros e, também, entre eles e o Arquivo Nacional?** O objetivo desta pesquisa é quantificar menções web entre os Arquivos Públicos Estaduais do Brasil e o Arquivo Nacional, valendo-nos de indicadores webométricos. Além disto, são calculados: o fator de impacto dos *websites* entre os arquivos públicos estaduais, a visibilidade e a luminosidade dos *websites* destes arquivos.

## 2 WEBOMETRIA

A web com seus recursos propaga a informação mais rapidamente do que os meios de comunicação tradicionais. Nesse contexto, é mister que se analise e avalie as informações disponibilizadas na rede. A webometria é uma métrica utilizada para medir o uso da web (LANG; GOUVEIA; LETA, 2008).

De acordo com Vanti (2010), a webometria é o estudo métrico das informações que estão na rede. O termo webometria foi criado por Alming e Ingwersem em 1997, para analisar as informações disponíveis na web metricamente (LANG; GOUVEIA; LETA, 2008; VANTI, 2010; VANTI, 2002).

Segundo Gouveia (2012, p. 250), a webometria surgiu há mais de 15 anos por meio das tecnologias da informação e comunicação e, por meio dos estudos dos links, é possível

verificar e quantificar as ligações “direta entre os atores (páginas) que compõem essa vasta rede mundial”.

Na concepção de Bjornerborn (2004, p. 12, tradução nossa), a webometria é o “estudo dos aspectos quantitativos da construção e uso dos recursos da informação, estrutura e tecnologia na web, utilizando enfoques bibliométricos e informétricos”. Thelwall (2007), ressalta ainda que esses estudos abrangem a análise de conteúdo dos sites, o uso da web, a estruturas dos links, análise de menções web, avaliação dos motores de busca e estudos puramente descritivos da web.

Na compreensão de Vanti (2002, p. 156), a webometria é, então, definida como uma análise quantitativa das informações na rede, ou seja, “consiste na aplicação de métodos informétricos à World Wide Web (web ou www) para fins de medir seu fluxo [...]”. A fim de que a análise do fluxo seja feita, é necessário a utilização dos indicadores webométricos. E eles são os de tamanho dos websites, luminosidade, visibilidade, fator de impacto e densidade de rede (VANTI, 2002; VANTI, 2007).

Os indicadores webométricos têm suas especificidades bem definidas, estando o tamanho do site relacionado ao espaço ocupado na web, ou seja, a quantidade de subpáginas do site (VITULLO, 2007; VANTI, 2010).

Já, a luminosidade é utilizada na verificação do relacionamento dos sites com os outros sites. Esse indicador só é possível, por que os outros sites inserem *links* para determinadas fontes (VANTI, 2010).

A visibilidade é medida pela quantidade de *inlinks* externos “que são os links recebidos por uma página ou sítio de uma outra página. É o análogo webométrico da citação” (GOUVEIA, 2012, p. 251).

O fator de impacto é a soma dos links contidos nas páginas da web externa dos sites distintos, dividido pelo número de páginas encontradas no site analisado; ele “serve para medir e comparar a atratividade e influência que possam alcançar distintos espaços na web” (VANTI, 2002, p. 158). O último indicador é a densidade da rede, sendo a relação de como a população se

relaciona com os demais. Vanti (2010, p. 58) afirma que a densidade de rede é medida a partir da análise de redes sociais. “Este indicador é interessante, pois mostra que grau de interação existe entre os elementos que compõem uma rede, sejam estes elementos pessoais, número, ou no caso, sítio web”.

A utilização desses indicadores pode ser verificada por intermédio de pesquisas já realizadas na área. Para Matias e Pinto (2013, p.1), o aumento dos usuários e das informações disponibilizadas na web “tem despertado cada vez mais o interesse e a atenção de pesquisadores de variadas áreas do conhecimento, dentre elas, a Ciência da Informação” na utilização da webometria.

A webometria vem sendo utilizada para mensurar as informações nas redes. Vários autores vêm estudando e usando-a na coleta e análise dos dados. Vanti (2007) realizou uma pesquisa sobre Análise Webométrica dos Sítios Acadêmicos Latino-Americanos em Ciências Sociais, em que foi analisado o fluxo da informação na web.

Vanti e Silva (2010) analisaram os indicadores webométricos: tamanho, visibilidade, densidade e fator de impactos das Universidades públicas Federais da Região Norte e Centro Oeste.

Em outro estudo, Vanti (2010) fez uma análise da inserção das instituições federais de ensino superior da região nordeste na web, também sobre a aplicação dos indicadores webométricos.

Lang, Gouveia e Leta (2008) realizaram uma pesquisa, objetivando a verificação das relações interinstitucionais na Internet da Fundação Oswaldo Cruz; foram verificados os sites das unidades finalísticas da instituição e analisados os *co-links e interlink*, apontando baixo grau de integração dos sites pesquisados.

Em 2009, Ferreira e Matos realizaram uma pesquisa sobre a abordagem webométrica da produção científica na área da Arquivologia, pela qual foi mostrada a escassez das revistas eletrônicas nacionais especializadas em Arquivologia. Em resumo, os estudos webométricos contribuem à mensuração dos

websites na divulgação das informações, na melhora de serviços oferecidos, devido justamente a à utilização dos indicadores webométricos.

### **3 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS**

Os arquivos são formados por documentos acumulados em decorrência das atividades ou funções de órgãos públicos, das empresas públicas, privadas, entre outros. Na compreensão de Paes (2004, p.15), os arquivos surgiram a partir do momento que o homem aperfeiçoou a escrita, dando valor aos documentos produzidos. Assim, a sociedade passou a ser mais organizada, a compreender “o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares”.

No Brasil, a Lei 8.159 de Janeiro de 1991, conhecida como a Lei de Arquivos, define os arquivos como “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. No mesmo sentido, o Arquivo Nacional (2005, p. 27) define que o termo arquivo equivale ao “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

De acordo com Ohira et al. (2001, p.13), com a explosão documental depois da II Guerra Mundial, as instituições arquivísticas foram modificadas, não se limitando apenas a “recolher, preservar e dar acesso aos documentos produzidos e acumulados pelo Estado, mas inserem-se profundamente na execução de políticas públicas relacionadas à gestão de documentos”. Para contextualizar, a autora cita a criação da Lei 8.159 de 1991 como um dos avanços à inserção dos arquivos nas políticas relacionadas à gestão documental; menciona, ainda, a

Constituição de 1988 em que o acesso à informação é garantido desde que as informações não estejam definidas nos graus de sigilo.

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicações, as instituições arquivistas passaram a compartilhar informações por meio da Internet e, nos arquivos, está sendo utilizada essa ferramenta com o fim de aproximar os usuários aos seus serviços. De acordo com Acher e Cianconi (2010, p.61),

um dos papéis das instituições arquivísticas é disponibilizar acesso eficiente às informações contidas em seus acervos e atender às demandas de usuários. Esses novos recursos da *web* instigam mudanças nas perspectivas e práticas das instituições arquivísticas, além de trazerem alternativas para a disseminação da informação.

Porém, as instituições arquivísticas nem sempre utilizavam a internet e seus recursos na disseminação da informação. Em 1996, Jardim realizou sua primeira pesquisa nos arquivos brasileiros para verificar quantos tinham websites; na época, somente 3 arquivos estavam utilizando a web. Já, em 1999, Jardim realizou novamente a pesquisa e constatou haver um aumento das instituições na internet, sendo que apenas 10 arquivos estavam presentes na web. Ohira et. al. em 2002 refizeram a pesquisa de Jardim e constataram que somente 14 arquivos já estavam com seus websites prontos (OHIRA et al. 2005; MARIZ, 2012).

Nesse mesmo contexto, em 2004 foi realizada uma pesquisa nos websites dos arquivos brasileiros e foi constatado que somente 20 possuíam websites na divulgação de informações. Outra pesquisa realizada em 2009, apontou que os websites dos arquivos públicos haviam aumentado para 54, tendo sido submetidos à análise os arquivos estaduais e municipais (MARIZ, 2012). Diante do exposto, percebe-se que as instituições arquivísticas estão se inserindo na web para divulgar seus serviços. A Internet é considerada um campo à expansão dos

arquivos, deixando de ser somente físico e passando à virtualidade. A tecnologia possibilitou a criação de novos serviços e, ao mesmo tempo, fez com que os arquivos modificassem sua metodologia na prestação de serviços aos usuários. Percebe-se isto na fala de Ohira et al. (2005, p. 51), em que “o acesso à imensa quantidade de informação veiculadas pela internet, aliada à crescente disponibilidade de acervos arquivísticos e bibliográficos em rede, fazem prever a redução dos atuais modelos de serviço de arquivos, em substituição por Arquivos virtuais”.

É importante realçar que para os arquivos poderem oferecer serviços na web, devem ter como pré-requisito o seu acervo físico adequadamente tratado, organizado, classificado e descrito, caso contrário, não será possível compartilhar informações no ambiente virtual. Tal problema é relatado por Mariz (2011, p. 106); a autora discorre que a

[...] presença de uma instituição arquivística na internet e os serviços que ela oferece pela rede refletem a sua atuação como instituição arquivística anterior e independente da internet. Se ela não tem boa estrutura para atender de maneira presencial, tais como acervo devidamente tratado, pessoal qualificado para tratamento do acervo e atendimento ao público, instrumentos de pesquisa, não vai poder oferecer condições diferentes no plano virtual. A transferência da informação que a instituição arquivística proporciona pela internet não pode ser tão distinta da que ela proporciona no local onde está instalada.

Em relação a tal aspecto, a pesquisa realizada por Ohira e Martinez (2002) aponta que os arquivos públicos sofrem com o descaso dos governos, com a falta de profissionais, de instrumentos adequados para desenvolver suas atividades e, muitas vezes, acabam não fazendo o recolhimento dos acervos por falta de infraestrutura.

Mesmo com uma série de problemas, as instituições arquivísticas estão criando seus sites e disponibilizando informações na rede aos usuários. Percebe-se isso por meio das

pesquisas já realizadas na área. De acordo com Mariz (2011, p.108), “a internet, inicialmente pensada para a pesquisa acadêmica, tornou-se rapidamente um meio de comunicação de massa e, como espaço informacional, oferece inúmeras novas possibilidades aos arquivos”. Assim, foi possibilitado o crescimento das instituições arquivísticas que estão com os seus websites disponíveis na rede. Na pesquisa realizada por Oliveira e Mattos em 2011, as autoras identificaram que os arquivos estaduais já estão presentes na web e utilizando as ferramentas da web 2.0, a partir de informações disponibilizadas pelo site do CONARQ.

A utilização dos websites, na divulgação de serviços e compartilhamento de informações, foi possibilitada pelas tecnologias, transformando a realidade das instituições. Deste modo, as instituições arquivísticas têm em mãos nova ferramenta para ampliar as informações disponíveis nos arquivos. A Internet possibilita o intercâmbio de informações entre as próprias instituições arquivísticas e com os próprios usuários.

Por meio da rede, as instituições vêm adquirindo visibilidade ao longo dos anos, porém é necessário maior investimento em recursos humanos, tecnologia da informação e comunicação, capacitação para que os serviços oferecidos possam ser bem executados (JARDIM; FONSECA, 2004).

#### **4 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Tem-se como objetivo nesta pesquisa, a análise das menções entre os Arquivos Públicos Estaduais e o Arquivo Nacional brasileiro na rede, por meio dos indicadores webométricos, verificando a existência do compartilhamento de informação entre esses arquivos na web, calculando o tamanho do site, a luminosidade, a visibilidade e o fator de impacto para menções web dos Arquivos Públicos estaduais e o Arquivo Nacional brasileiros.

É classificada quanto a sua natureza em pesquisa descritiva e exploratória. Considerando o método e a abordagem, é de

caráter quanti-qualitativa, que é a combinação entre a pesquisa quantitativa e qualitativa, com predominância da pesquisa quantitativa.

O objeto de estudo consiste nos websites dos Arquivos Públicos Estaduais e no website do Arquivo Nacional brasileiro. Foram selecionados os arquivos públicos estaduais que têm websites e, para tal escolha, foi realizado um levantamento preliminar no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)<sup>2</sup>. Dos 26 estados e o Distrito Federal, apenas 17 estados possuem arquivos com websites: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Então, o escopo da pesquisa consiste em 16 Arquivos estaduais e mais o Nacional, totalizando 17 websites. É necessário salientar que os arquivos da Bahia, Ceará, Goiás, Pará e Santa Catarina não possuem website com domínio próprio e sim diretórios e subdiretórios pertencentes a Fundações, Secretarias da Cultura e da Administração. No Quadro 1 estão os arquivos selecionados para a pesquisa.

**Quadro 1-** Sítio web dos Arquivos Estaduais e do Arquivo Nacional

Estados	Nome do Arquivo	Sigla	Website
AL	Arquivo Público de Alagoas	APA	<a href="http://www.arquivopublico.al.gov.br/">www.arquivopublico.al.gov.br/</a>
BA	Arquivo Público do Estado da Bahia	APEB	<a href="http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97">www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97</a>
CE	Arquivo Público do Estado do Ceará	APEC	<a href="http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico">www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico</a>
DF	Arquivo Público do Distrito Federal	ARPDF	<a href="http://www.arpdf.df.gov.br/">www.arpdf.df.gov.br/</a>
ES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	APE	<a href="http://www.ape.es.gov.br/">www.ape.es.gov.br/</a>
GO	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	AHEGO	<a href="http://www.secult.go.gov.br/pagina/ver/10755/arquivo-historico-de-goias">www.secult.go.gov.br/pagina/ver/10755/arquivo-historico-de-goias</a>
MA	Arquivo Público do Estado do Maranhão	APEM	<a href="http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/">http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/</a>
MT	Arquivo Público do	APMT	<a href="http://www.apmt.mt.gov.br/">www.apmt.mt.gov.br/</a>

---

<sup>2</sup><http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=177&sid=65>

	Estado de Mato Grosso		
MS	Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul	APEMS	<a href="http://www.arquivopublico.ms.gov.br/">www.arquivopublico.ms.gov.br/</a>
MG	Arquivo Público Mineiro	APM	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/">www.siaapm.cultura.mg.gov.br/</a>
PA	Arquivo Público do Estado do Pará	APEP	<a href="http://www.secult.pa.gov.br/espaco/arquivo-publico-do-estado-do-para-apep">www.secult.pa.gov.br/espaco/arquivo-publico-do-estado-do-para-apep</a>
PR	Arquivo Público do Estado do Paraná	APEPR	<a href="http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">www.arquivopublico.pr.gov.br/</a>
RJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	APERJ	<a href="http://www.aperj.rj.gov.br/">www.aperj.rj.gov.br/</a>
RS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	APERS	<a href="http://www.apers.rs.gov.br">www.apers.rs.gov.br</a>
SC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	APESC	<a href="http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=90&amp;Itemid=245&amp;lang=brazilian_portuguese">www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=90&amp;Itemid=245&amp;lang=brazilian_portuguese</a>
SP	Arquivo Público do Estado de São Paulo	APESP	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/">www.arquivoestado.sp.gov.br/</a>
BR	Arquivo Nacional	AN	<a href="http://www.arquivonacional.gov.br/">www.arquivonacional.gov.br/</a>

Fonte: Adaptado do CONARQ

A coleta dos dados foi realizada via internet, do dia 13/01/2016 a 17/01/2016; utilizamos os recursos disponíveis pelo motor de busca *Google* para identificar os indicadores webométricos de arquivos estaduais: tamanho dos sites, que é a quantidade de páginas do site; visibilidade que é a quantidade de menções web recebidas pelo site; luminosidade consiste na quantidade de menções web que um arquivo faz aos demais arquivos e, por último, o fator de impacto para menções web; esse indicador foi construído por meio das menções web recebidas (visibilidade), dividido pelo número de páginas do mesmo site.

Para esta pesquisa foi adotada a expressão **menção web**, que é definida por Orduña-Malea e Aguilho (2014, p. 79) como “referência a quantificação do número de vezes que uma cadeia de caracteres aparecem nos arquivos armazenados no espaço da rede explorada”. Entende-se por menções web, nesse trabalho, o nome do arquivo, a sigla, o endereço de domínio, de acordo com o Quadro 2.

Vale ressaltar que a webometria analisa as menções webométricas de maneira geral, não excluindo outras instituições.

A proposta aqui é a realização da análise das menções webométricas, exclusivamente, entre os sites dos arquivos estaduais e o Arquivo Nacional brasileiro, excluindo outras instituições que não sejam os arquivos selecionados na pesquisa, a fim de ser obtida a visão de como os arquivos se relacionam entre si na web. No Quadro 2 estão expostos os comandos que foram utilizados na coleta de dados:

**Quadro 2** - Comandos webométricos

<b>Comando</b>	<b>O que significa?</b>
site:xxxx.gov.br	Quantidade de páginas dos websites.
site:xxxx.gov.br "nome do arquivo"	Quantidade de páginas do site x que citam o nome do outro arquivo.
site:xxxx.gov.br sigla	Quantidade de páginas do site x que citam a Sigla do outro arquivo
site:xxxx.gov.br "xxxx.gov.br"	Quantidade de páginas do site x que citam o endereço do site do outro arquivo

Fonte: Dados da pesquisa

Esses comandos foram repetidos para os 17 arquivos. Após a coleta dos dados, foi realizada a somatória das menções web dos nomes dos arquivos, das suas siglas e dos domínios de suas páginas, a fim de quantificar todas as menções web ou ligações entre todos os arquivos pesquisados, entretanto foi verificado nos comandos se não havia as mesmas menções para não serem contabilizadas mais de uma vez.

## **4 RESULTADOS**

A partir da coleta de dados foi elaborada uma planilha com a identificação das menções webs realizadas e recebidas entre os Arquivos Estaduais e o Nacional. Essa somatória foi realizada com base nos comandos webométricos utilizados na pesquisa (Quadro 2). Na Figura 1 estão os arquivos que se relacionam.

**Figura 1-** Planilha de menções web realizadas e recebidas pelos Arquivos

	AL	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PR	RJ	RS	SC	SP	NA	Soma	
Arq. AL	x	1	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	3	4	17	
Arq. BA	0	x	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	7	
Arq. CE	0	3	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	25	
Arq. DF	0	0	0	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15	
Arq. ES	0	1	1	1	x	0	1	1	0	1	1	3	1	1	0	1	36	49	
Arq. GO	0	0	0	0	0	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Arq. MA	0	0	0	0	0	0	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arq. MT	1	1	0	1	1	0	0	x	0	1	4	1	1	1	0	1	4	17	
Arq. MS	0	0	0	0	0	0	0	0	x	1	0	0	0	0	0	0	1	2	
Arq. MG	0	2	0	0	3	0	0	0	0	x	1	0	1	0	0	10	167	184	
Arq. PA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	x	0	0	0	0	0	0	0	
Arq. PR	0	1	1	2	1	0	0	1	0	1	1	x	2	1	1	1	274	287	
Arq. RJ	1	0	0	2	1	0	0	1	0	4	0	1	x	0	0	2	39	51	
Arq. RS	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	2	4	x	1	3	41	54	
Arq. SC	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	2	2	0	x	5	8	23	
Arq. SP	0	3	2	5	7	0	0	1	1	11	6	3	9	1	0	x	108	157	
Arq. NA	13	379	107	180	186	3	69	31	4	224	316	329	408	283	89	382	x	3003	
Soma	15	391	113	192	200	3	71	36	5	244	331	341	428	287	91	405	717		
Legenda		Citações recebidas - visibilidade																	
		Não há citações recebidas pelos arquivos																	
		Total de citações webs recebidas - visibilidade																	
		Total de citações webs feitas - luminosidade																	

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da análise da planilha (Figura 1), foi elaborada a Tabela 1 que mostra os indicadores webométricos para arquivos: tamanho dos sítios (Tam.), luminosidade (Lum.*ae*), visibilidade (Visib.*ae*) e o fator de impacto para menções web (FIW*ae*).

**Tabela 1** – Resumo dos indicadores webométricos para Arquivos Estaduais

Websites Arquivo	Tam.	Visib. ( <i>ae</i> )	FIW ( <i>ae</i> )	Lum. ( <i>ae</i> )
Alagoas	73	15	0,2054	17
Bahia	37	391	10,567	7
Ceará	5	113	22,6	25
Distrito Federal	238	192	0,8067	15
Espirito Santos	1.630	200	0,1226	49
Goiás	4	3	0,75	2
Maranhão	1	71	71	0
Mato Grosso	110	36	0,3272	17
Mato Grosso Sul	205	5	0,0243	2
Minas Gerais	168.000	244	0,0014	184
Pará	1	331	331	0
Paraná	940	341	0,3627	287
Rio de Janeiro	453	428	0,9448	51
Rio Grande do Sul	4.530	287	0,0633	54
Santa Catarina	61	91	1,491	23
São Paulo	53.300	405	0,0075	157
Arquivo Nacional	18.400	717	0,0384	3003

Fonte: Dados da pesquisa

O primeiro indicador webométrico analisado foi o Tamanho do Site, que é a quantidade de páginas que o site possui; para se ter o total de páginas são somados os domínios, subdomínios, diretórios e subdiretórios de cada site (VITULLO, 2007 GOUVEIA, 2012).

A partir da Tabela 1 verificou-se que os arquivos possuidores de maior número de páginas são: o Arquivo do Estado de Minas Gerais com 168.000, o do Estado de São Paulo - 53.300 - e o Arquivo Nacional - 18.400 páginas. Já, os arquivos do estado de Maranhão e do Pará possuem apenas uma página institucional, na qual consta apenas dados de funcionamento e histórico.

Percebe-se que o tamanho do site, em resumo, é o espaço ocupado pelo site na rede; pode ser destacado que quanto maior o tamanho do site, maior é a sua relevância entre as instituições. É necessário ressaltar também que o tamanho dos sites está relacionado aos recursos informacionais automatizados de cada arquivo; quanto maior a quantidade de páginas, mais recursos são empregados (VITULLO, 2007).

Outro fator de destaque é a quantidade de menções web recebida pelos arquivos estaduais na rede. Neste trabalho, essas menções representam o Indicador Webométrico Visibilidade, que é a quantidade de links recebidos pelos sites, ou seja, a quantidade de menções que um site recebe de outros sites, neste caso são menções de arquivos para arquivos (VITULLO, 2007).

Na concepção de Vanti (2007, p.12), podemos dizer que a relevância da Visibilidade é como a “expressão do status de um sítio, derivada do número de vezes que este foi ‘sitado’ ou linkado por outros espaços web”. Nesse sentido, ao analisarmos a Tabela 1, percebe-se que todos os arquivos recebem menções, porém se destacam os arquivos estaduais de maior grau de “status”: Rio de Janeiro com 428 menções, São Paulo - 405 menções e Paraná - 341 menções. Isto indica que estes arquivos oferecem mais serviços e informações na web, sendo avaliados como úteis, portanto mereceram receber mais menções web.

A partir da Tabela 1, evidencia-se que o Arquivo Nacional detém o maior número de menções webs (717), uma vez que, dos 17 arquivos estaduais, o Arquivo do Maranhão e do Pará não fazem menções para ele. Vale destacar que os arquivos de Goiás com 3 menções, Mato Grosso do Sul com 5 e Alagoas com 15 menções são os arquivos que menos interagem na rede; assim, conclui-se que esses arquivos não possuem muita visibilidade entre os arquivos.

O terceiro indicador webométrico analisado foi o Fator de Impacto para menções web aos arquivos estaduais (FIW<sub>ae</sub>), que corresponde à divisão da quantidade de menções recebidas (Indicador Visibilidade) pelo número de páginas de determinado site (Indicador Tamanho de site) (VITTULO, 2007; VANTI, 2007). Este indicador é relevante por comparar, metricamente, a atratividade dos sites na web.

A partir da análise da Tabela 1, observou-se que o Arquivo do estado do Pará é o que possui o maior valor de FIW<sub>ae</sub> 331, seguido pelo Arquivo de Maranhão com valor de FIW<sub>ae</sub> 71 e, em terceiro lugar, o arquivo do Ceará com valor de FIW<sub>ae</sub> de 22. Ressalta-se que, devido à quantidade de páginas desses arquivos, o seu valor de FIW<sub>ae</sub> é superior comparado ao arquivo de São Paulo e de Minas Gerais, que são os arquivos que possuem a maior quantidade de páginas - 53.300 e 168.000 e FIW<sub>ae</sub> de 0,0075 e 0,0014 - respectivamente, só sendo possível isso, pois a quantidade de visibilidade que os Arquivos de São Paulo e de Minas Gerais possuem é pequeno, relacionado à quantidade de páginas de ambos.

Conclui-se que São Paulo e Minas Gerais têm muitas páginas na web, porém elas não estão sendo citadas por outros arquivos na rede, ou seja, apesar de possuir valores elevados no indicador tamanho de site, não possuem grande atratividade nos websites dos demais arquivos.

Analisamos, por último, a quantidade de Menções webs realizadas pelos arquivos. Essas menções são conhecidas na webometria como Luminosidade que, de acordo com Vanti, (2007, p. 3) é definida “como o número de links externos que

apresenta um sítio, apontando para outras URLs diferentes que são, geralmente, de instituições congêneres. Este indicador mede o grau de conectividade na Web”.

Observa-se que o arquivo Nacional é o que realiza o maior número de menções webs com os demais arquivos, tendo um total de 3.003 menções, seguido pelo Arquivo do Paraná que efetua 287 menções e Minas Gerais, 184. Destaca-se os arquivos estaduais do Mato Grosso do Sul com 2 menções, a Bahia com 7 e Mato Grosso, 17. Esses arquivos são os que menos interagem na web.

Cabe salientar que os arquivos públicos do Distrito Federal com 15 menções e Goiás com 2 somente fazem menções com o Arquivo Nacional, não interagindo com os demais arquivos estaduais na web. Os arquivos do estados do Maranhão e do Pará não possuem nenhum valor nesse indicador, pois não fazem menções com os demais arquivos estaduais, nem com o Arquivo Nacional.

A partir dos dados levantados foi possível criar um *ranking webométrico* com o indicador visibilidade (menções web) dos arquivos públicos estaduais por regiões geográficas. A escolha deste indicador se deu devido ao conceito elencado por Vitullo (2007), em que se pode considerar visibilidade como sinônimo de popularidade. Nesse sentido, a “visibilidade ou popularidade é uma medida para se saber o quanto o sítio é popular e é obtida pelo cálculo de suas taxas de visibilidade online, incluindo o número de visitas e a presença de um sítio na web comparando com seus pares[...]”.

Desta forma, o indicador visibilidade foi escolhido para nortear o *ranking* das tabelas seguintes, o qual é composto pelos arquivos das regiões: Centro Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

A região Centro Oeste é composta por Brasília/Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Todos os arquivos desta região possuem websites; na Tabela 2 está o *ranking* dos sites dos arquivos estaduais, segundo a sua visibilidade.

**Tabela 2** – Ranking dos websites dos arquivos estaduais da região Centro Oeste, segundo o indicador Visibilidade para arquivos.

<b>Posição</b>	<b>Estado</b>	<b>Visib. (ae)</b>	<b>Tam.</b>	<b>FIW (ae)</b>	<b>Lum.(ae)</b>
1°	DF	192	238	0,8067	0
2°	MT	36	110	0,3272	17
3°	MS	5	205	0,0243	2
4°	GO	3	4	0,75	2

Fonte: dados da pesquisa

O arquivo que exibe maior visibilidade da região Centro Oeste é o do Distrito Federal com 192 menções; o segundo e terceiro lugar pertencem aos arquivos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com 36 e 5 menções respectivamente, e o quarto lugar é de Goiás com 3 menções.

Observa-se que, dos quatro estados, apenas o de Goiás não possui um website com domínio próprio; é um diretório pertencente à Secretaria da Cultura do Estado de Goiás. Conclui-se, a partir da Tabela 2, que o arquivo da região Centro Oeste mais proeminente na rede é o Arquivo do Distrito Federal.

A segunda Região analisada foi a região Norte; fazem parte dela os estados do Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO). Dos setes estados que compõem a região, o estado do Pará é o único sem arquivo está na rede, entretanto, destaca-se que e o arquivo não tem um site próprio, é um diretório dentro da website da Secretaria da Cultura do Estado. Sendo assim, não é possível compará-lo aos demais arquivos da região; sua visibilidade é 331 menções, das quais a maioria é realizada pelo Arquivo Nacional (316 menções).

Outra região analisada é a do Nordeste, sendo composta pelos estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Cará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (NR) e Sergipe (SE). Dos nove estados, apenas quatro possuem arquivos com websites, sendo: Alagoas, Bahia, Ceará e

Maranhão. O Arquivo Estadual de Pernambuco possui um blog, todavia, como o objeto da pesquisa é o estudo dos websites, não participou da pesquisa. Na tabela 3 está exposto o *ranking webométrico* da região Nordeste.

**Tabela 3** – Ranking dos websites dos arquivos estaduais da região Nordeste, segundo o indicador Visibilidade para arquivos.

Posição	Estado	Visib. (ae)	Tam.	FIW (ae)	Lum.(ae)
1°	BA	391	37	10,567	7
2°	CE	113	5	22,6	25
3°	MA	71	1	71	0
4°	AL	15	73	0,2054	17

Fonte: dados da pesquisa

Dos quatro arquivos da região nordeste que possuem websites, o arquivo de mais visibilidade é do estado da Bahia com 391 menções, seguido pelo estado do Ceará com visibilidade de 113 menções; terceiro lugar é o do Maranhão com 71 menções; em quarto, aparece o estado Alagoas - 15 menções.

Destaca-se que apenas o Arquivo do Estado de Alagoas e Maranhão possuem websites próprios. Os sites dos arquivos dos estados da Bahia pertencem à Fundação de Cultura do estado; já, o site do arquivo do estado do Ceará pertence à Secretaria de Cultura do Estado.

A região Sudeste é composta pelos estados do Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro e São Paulo (SP). Neste caso, todos os arquivos possuem websites com domínio próprio. Na Tabela 4 está o *ranking webométrico* da região sudeste.

**Tabela 4** – Ranking dos websites dos arquivos estaduais da região Sudeste, segundo o indicador Visibilidade para arquivos.

Posição	Estado	Visib. (ae)	Tam.	FIW (ae)	Lum.(ae)
1°	RJ	428	453	0,9448	51
2°	SP	405	53.300	0,0075	157
3°	MG	244	168.000	0,0014	184
4°	ES	200	1.630	0,1226	49

Fonte: dados da pesquisa

O primeiro colocado de acordo com a visibilidade é o website do arquivo do Estado do Rio de Janeiro com 646 menções; o segundo é o arquivo do estado de São Paulo com 560 menções; o terceiro lugar é do estado de Minas Gerais com 194 menções e o último fica com o Espírito Santo visibilidade de 101.

Observa-se que o site do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro é o que tem menor número de páginas, no entanto é o que recebe mais menções dos demais arquivos estaduais e do nacional; também se pode afirmar que na região sudeste é o website que mais se destaca, pois seu fator de impacto para menções web para arquivos é superior aos outros arquivos da região.

O último *ranking* elaborado foi o da Região Sul, que é formada pelos estados do Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Na Tabela 5 está o *ranking webométrico* da Região Sul.

**Tabela 5** – Ranking dos websites dos arquivos estaduais da região Sul, segundo o indicador Visibilidade para arquivos.

Posição	Estado	Visib. (ae)	Tam.	FIW (ae)	Lum.(ae)
1°	PR	341	940	0,3627	374
2°	RS	287	4.500	0,0633	54
3°	SC	91	91	1,491	23

Fonte: dados da pesquisa

Todos os arquivos da região possuem websites, entretanto o Arquivo do Estado de Santa Catarina é um diretório dentro do site da Secretária de Administração do Estado. A primeira posição é do Arquivo do estado Paraná com 341 menções; a segunda é do arquivo do estado do Rio Grande do Sul - 287 menções -, e a terceira posição é do arquivo do estado de Santa Catarina com apenas 91 menções.

Ao observamos a Tabela 5, percebemos que o site do arquivo do Rio Grande do Sul também é o que o possui maior número de páginas e o menor fator de impacto; isso acontece, pois o fator de impacto das menções web para arquivos foi realizado com a divisão da visibilidade pela quantidade de páginas que o site detém. Assim, conclui-se que a sua visibilidade ainda é pequena em relação ao seu número de páginas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Internet proporciona uma forma dinâmica de comunicação e compartilhamento de informações. A webometria permite analisar metricamente o intercâmbio de informações na web, por meio dos indicadores webométricos: tamanho do site, visibilidade, luminosidade e fator de impacto.

Neste trabalho enfocamos os indicadores webométricos, a fim de analisar as relações dos arquivos públicos estaduais juntamente com o arquivo nacional na rede. Percebe-se que, dos 26 estados brasileiros e mais o Distrito Federal, apenas 16 possuem arquivos com o websites para divulgação e prestação de serviços. Os websites dos arquivos estaduais estão disponibilizados na página do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), porém estas informações se encontram desatualizadas.

Os resultados da pesquisa indicam que os arquivos estudados possuem, em geral, poucas menções entre seus pares, compartilham poucas informações entre si, portanto subutilizam recursos de grande potencial de divulgação de seus acervos e serviços na rede.

Verificou-se, por meio dos comandos webométricos

(Quadro 2) que os arquivos são poucos conhecidos por sua sigla na web, sendo mais reconhecidos pelo nome por extenso. A partir da coleta de dados, foi elaborado um *ranking webométrico* por regiões geográficas, utilizando-se o indicador visibilidade para arquivos, isto é, menções recebidas de arquivos para arquivos. Este indicador é relevante por fornecer o grau de reconhecimento dos sites dos arquivos estaduais, visto que é medido pelas quantidades de menções web recebidas de outros arquivos estaduais e também do Arquivo Nacional.

Evidenciou-se que, das cinco regiões geográficas brasileiras, nos arquivos da Região Norte, somente um possui websites. A Região Nordeste possui nove estados, sendo que cinco deles não possuem arquivo com website. Nas demais regiões, todos os arquivos possuem websites.

Os arquivos que exibem maior visibilidade por região geográfica brasileira são: no Centro Oeste- Distrito Federal; no Norte- Pará; no Nordeste- Bahia; no Sudeste- Rio de Janeiro; no Sul- Paraná. Todos os sites desses arquivos são destaques por receberem o maior número de menções web, evidenciando relevância dos arquivos na web.

Vale destacar os arquivos que apresentaram melhores resultados relacionados aos indicadores webométricos tamanho de site, fator de impacto para menções web e luminosidade. No indicador webométrico tamanho do site, destacou-se o site do Arquivo de Minas Gerais; este arquivo possui mais páginas do que o site do Arquivo Nacional. Quanto ao fator de impacto para menções web para arquivos, o website do arquivo do Pará foi o que apresentou o melhor desempenho.

Na análise da luminosidade ou menções webs realizadas, constatou-se que o arquivo estadual do Paraná possui a maior quantidade de menções, porém o Arquivo Nacional é o que maior possui menções webs recebidos por outros arquivos. Esse indicativo é empregado para examinar e quantificar como um site está se relacionando com seus pares na web e, junto com o indicador webométrico de visibilidade, mostra como os sites dos arquivos estão se conectando na web (VANTI, 2010).

Em suma, os arquivos que possuem maior número de páginas também foram os que, na maioria das vezes, obtiveram a maior visibilidade. Pode concluir-se que são arquivos de grande relevância nas regiões geográficas.

Parece-nos que, em geral, os arquivos estaduais brasileiros ainda compartilham poucas informações e serviços na web, já que retêm poucas menções web entre si. Além disto, recomenda-se a atualização constante das páginas com informações aos usuários e instituições. Verifica-se que há espaço para aumentar a conectividade e o compartilhamento de informações entre os arquivos estaduais e o Arquivo Nacional na web. Recomenda-se, também, que o CONARQ oriente e fomente ações, a fim de que os gestores dos estados, não possuidores de arquivos com websites, implementem estes recursos de forma adequada para que a sociedade possa finalmente utilizá-los.

Por fim, podemos afirmar que os indicadores webométricos utilizados, neste estudo, podem ser empregados como instrumentos de suporte à gestão dos arquivos, pois a partir deles foi possível identificar os websites dos arquivos que utilizam adequadamente a web, disponibilizando informações e serviços que atraem menções de outros arquivos; distinguiu-se ainda, aqueles que possuem poucas ligações ou nenhuma menção web entre si, portanto, demandam atenção para incrementar o uso destes recursos, visando à melhoria da qualidade de seus serviços e cumprindo seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

ARCHER, L.; CIANCONI, R.de B. Websites dos arquivos públicos: funções exercidas e recursos de colaboração e interação com os usuários. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 60-76, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5752>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:  
<<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº. 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/ DF: 1991. Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-norma-pl.html>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

CUNHA, P. R. da; THEISS, V.; CARLI, S. B. Webometria: uma análise dos sítios eletrônicos das revistas científicas internacionais de contabilidade. **Revista Ambiente Contábil**. Natal. v. 5. n. 1, p. 21 – 38, jan./jun. 2013. Disponível em:<  
<http://ufrn.emnuvens.com.br/ambiente/article/view/3326>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FERREIRA, K. E.; MATOS, G. I. de. Abordagem webométricas da produção científica na área de Arquivologia. **Revista em Iniciação Científica da FCC**, Marília, v. 9, n. 2, p. 147-157, 2009. Disponível em:  
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/243>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GOUVEIA, F. C. Novos caminhos e alternativas para a Webometria. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 18, Edição especial, p. 249 – 261, dez. 2012. Disponível em:  
<<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33270>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

LANG, P. B.; GOUVEIA, F. C.; LETA, J. Relações intra-institucionais na internet: um estudo exploratório com base em metodologias webométricas. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 137-150, set./dez.2008.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 5, n.5, art.4. out. 2004. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out04/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm)>. Acesso em: 03. jan. 2016.

MARIZ, A. C. A. Arquivos públicos brasileiros: análise da evolução da transferência da informação arquivística na internet. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp. p. 106-125, jan./jun. 2011.

MARIS, A.C. A. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MATIAS, M.; PINTO, A.L. Webometria e produção conjunta entre universidades federais da região sul do Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/541/446>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

OHIRA, M. de L. et al. Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos em exercício da cidadania. **Ágora**: revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e do Curso de Arquivologia da UFSC. Florianópolis, v. 13, n. 31, p. 10-20, jan./jun. 2001.

OHIRA, M. de L. et al. Arquivos públicos estaduais do Brasil: avaliação das funções conteúdo dos sites. **Revista Associação Catarinense de Bibliotecários**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.10, n.1, p. 50- 75, jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/415>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

OHIRA, M.de L. B.; MARTINEZ, P. A. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina - Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Textos do Integrar**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 335-358.

OLIVEIRA, L. A.F.de; MATTOS, M.T. N. de B. *Websites* de instituições arquivísticas nacionais de tradição Ibérica: práticas participativas na *web* 2.0. In. SEMINÁRIO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4. 2011, Londrina. **Anais...**, Londrina.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/50/37>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

ORDUÑA-MALEA, E.; AGUILHO, I.F. **Cibernetria**: midiendo el espacio red. Barcelona: Editorial UOC, 2014. (Série EPI Scholar).

PAES, M. L. **Arquivos**: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

THELWALL, M. Bibliometrics to webometrics. **Journal of Information Science**, n. 34, v. 4, p. 1-18, 2007.

VANTI, N. Da bibliometria à Webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

Disponível

em:<<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/viewArticle/171>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

VANTI, N. Mapeamento das instituições federais de ensino superior da região nordestes do Brasil na web. **Informação & Informação**, Londrina. v. 15, n. 1, p. 55-67, jun./jul. 2010.

VANTI, N. Análise webométrica dos sítios acadêmicos Latino-Americanos em Ciências Sociais. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--081.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

VITULLO, N. A. V. **Links hipertextuais na comunicação científica**: análise webométrica dos sítios acadêmicos latino-americanos em Ciências Sociais. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

**WEBOMETRICS ANALYSIS OF MENTIONS WEB BETWEEN THE STATE PUBLIC ARCHIVE AND THE NATIONAL ARCHIVE**

**Abstract:** *Presents the theoretical foundation about the webometrics indicators and their applications. It is about a descriptive and exploratory research in the webometric commands that are used to collect data (between 13-17 January 2016) concerning to the web citations through search engines Google . It aims to quantify the web links between the State Public Archives and the Brazilian National Archives by means of webometrics indicators. It also calculates the indicators: size of website, visibility, impact factor to web citations and luminosity to these Archives. From the data obtained, it presents a table with the webometric indicators for the websites of the 17 analyzed archives. The results show that the archive with the highest number of pages is the state of Minas Gerais, with greater visibility and luminosity is the National Archives, and the biggest impact factor archive is the state of Pará. It is conclude that the webometric indicators point to weak interrelation of state archives websites and also shows that there is scope to increase the connectivity and communication between archives studied in this research.*

**Keywords:** *Webmetrics. Webmetrics Indicators. Public Archives.*

*Originais recebidos em: 18/10/2016*

*Aceito para publicação em: 19/11/2016*

*Publicado em: 09/12/2016*